

# Na última vez, briga com credores

Rio — Foi em fevereiro de 1987 que o então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, anunciou para todo o País que o Governo brasileiro decretaria a moratória da dívida externa, suspendendo o pagamento dos juros aos credores de forma unilateral. Na época a dívida brasileira estava em torno de 107 bilhões de dólares, a transferência de divisas para pagamento do serviço era alta e ainda havia a insatisfação com a série de reajustes de preços no que se convencionou chamar de fim do Plano Cruzado.

Funaro sustentou a moratória, mas também havia acusações de que o próprio Governo perseguia um novo clima como o do Cruzado, um ano antes, quando havia o apoio total da população. A partir daí, o relacionamento com bancos credores e organismos inter-

nacionais como o FMI e o Banco Mundial foi cada vez mais difícil. Ao mesmo tempo a situação econômica interna não melhorava, com as taxas mensais de inflação voltando a disparar até superar os 20 por cento. Três meses depois da moratória Funaro passava o cargo a Bresser Pereira, que também teve um convívio tumultuado com os credores.

Em dezembro de 1987 confirmou-se a substituição de Bresser por Mailson da Nóbrega. Ele sentou-se com os credores, aparou as arestas dos desentendimentos, e começou a pôr em dia os pagamentos dos juros. Veio o Plano Verão e o congelamento de preços, salários e câmbio, mas as exportações brasileiras continuavam em alta e as reservas, em fevereiro, atingiam 6 bilhões 339 milhões de dólares.

Neste momento, a dívida externa já está em mais de 112 bilhões de dólares.

Ocorre que o Governo brasileiro terá de pagar um total de 3 bilhões de dólares aos credores em setembro, o que só pode ser feito se confirmar-se a entrada de outros 4 bilhões 225 milhões de dólares dos bancos, FMI e do Fundo Nakasone japonês. O problema todo está concentrado nas negociações com o Fundo, cujos técnicos já desembarcaram em Brasília para se debruçarem sobre as contas do País. Os técnicos brasileiros não têm tantas ilusões de que, a primeira vista, os especialistas do FMI façam restrições a certos itens das contas brasileiras, como o aumento da emissão de moeda, sem falar na escalada das taxas de inflação.